

## **Maria Cristina Irigoyen Peduzzi**

*“Ingressei na Academia realmente muito cedo... E fiquei muito feliz, pois tenho, até hoje, grande amor e grande dedicação por ela.”*

Maria Cristina Peduzzi foi a primeira e até agora única presidente mulher da ANDT. Tendo desenvolvido uma carreira de sucesso na advocacia, há dez anos vem exercendo a magistratura no TST, onde chegou pelo Quinto Constitucional.

Sua narrativa é clara e exata, pontuando aspectos mais importantes de sua trajetória pessoal, assim como enfocando aspectos fundamentais de sua atuação na direção da Academia, onde atuou por mais de 12 anos, seja como secretária, vice-presidente e presidente.

Esta entrevista, importantíssima para o escopo do projeto, foi realizada em São Paulo, no hotel Maksoud Plaza, durante o encontro da ANDT a 10 de agosto de 2011.

### **Trajatória Acadêmica e Profissional**

Sou gaúcha. Nasci em Melo, Uruguai, mas sou brasileira nata, porque eu vim pequeninha para Bagé. Assim, minha cidade mesmo é Bagé. Minha mãe é de lá, e eu fiz opção pela nacionalidade brasileira.

Ali passei toda minha infância, até que comecei a Faculdade de Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. No terceiro ano do curso, entretanto, fui para Brasília, porque me casei (foi meu primeiro casamento) e meu marido, que tinha um cargo público, foi transferido para lá. Eu fui junto. Eu tinha, então, na ocasião, 20 anos de idade, e consegui minha transferência para o curso de Direito da Universidade de Brasília, a UNB, onde fiz os dois últimos anos e concluí a faculdade.

Quando estava no último semestre do curso fui convidada por um grande professor de Direito do Trabalho, Hugo Gueiros, para trabalhar em seu escritório. Enquanto estudante, eu nunca havia pensado em me especializar

em Direito do Trabalho, pensava mesmo em me especializar em Direito Tributário, mas diante do convite do Prof. Gueiros, que era inclusive da Academia Nacional de Direito do Trabalho, acabei mudando de ideia. Fui trabalhar com ele e tomei gosto. Desde então passei a atuar na área do Direito do Trabalho.

No escritório do Prof. Gueiros, por intermédio dele, e da advocacia que então iniciei, tive contato com grandes juristas. Dentre eles, por exemplo, o Ministro Arnaldo Süssekind, que foi o responsável por eu ter ingressado muito jovem na Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Durante esse período em que estive no escritório do Prof. Gueiros, não apenas concluí meu curso de Direito, mas também fiz cursos de especialização na área trabalhista, em processo civil, recurso extraordinário e, mais recentemente, fiz mestrado em Direito Público, sempre na Universidade de Brasília, onde também dei aula... De maneira que a Universidade de Brasília é realmente uma referência na minha vida.

Algum tempo depois o Dr. Gueiros deixou o escritório e eu lá continuei, até que fui para o escritório de um advogado paulista, Dr. Luiz Carlos Pujol, onde trabalhei por dez anos. Quando ele faleceu, por volta de 1984, resolvi montar meu próprio escritório, lá mesmo em Brasília. Desde então fui trabalhando duro, ampliando, investindo neste escritório, o que o fez, graças a Deus, crescer bastante e tornar-se uma referência na área.

Ao mesmo tempo, exerci minha atividade docente na Universidade de Brasília e também em outras faculdades particulares. Mas a advocacia é muito absorvente, muito ciumenta e, realmente, não foi possível continuar... Fiz, inclusive, alguns concursos públicos; fui Procuradora da República, na época em que (antes da Constituição de 88) era possível advogar, concomitantemente... Mas mesmo assim eu acabei pedindo exoneração; vi que estava muito difícil conciliar. Quer dizer, ter um escritório em tempo integral crescendo, prosperando, era algo muito absorvente... E, além disso, comecei a vivenciar alguns problemas, que não eram impedimentos efetivos, mas que, de qualquer forma, começaram a me incomodar... Lembro-me uma vez em que fui ao Supremo, defender uma causa onde o Ministério Público tinha um parecer contrário ao do meu constituinte, do recurso que eu defendia. Eu senti certo constrangimento e achei que servir a dois senhores é, de fato, muito difícil, e a

bíblia diz que não convêm fazê-lo. E então, antes que eu começasse a pensar em aposentadoria, pois eu era jovem, pedi a exoneração.

Também fiz concurso para o Ministério Público do Trabalho. Passei, cheguei a assumir, fiquei 24 horas e pedi a exoneração e fiquei com o título. Enfim, fiz, realmente, uma opção pela advocacia, porém, sem descuidar da parte acadêmica; eu sempre me interessei muito, sempre procurei estar atenta às novidades, a participar dos congressos, enfim... Eu priorizei na minha vida a profissão.

Faz agora dez anos que estou também no TST, mas não sou juíza de carreira. Ingressei pelo Quinto Constitucional. Atualmente estou como vice-presidente do Tribunal.

### **Na Academia Nacional de Direito do Trabalho**

Tenho a impressão de que quando ingressei na Academia não tinha mais de 30 anos... Creio que tinha 29 anos... Entrei realmente muito jovem.

Com 28 anos, publiquei o meu primeiro livro: *Tempo de Serviço no Direito do Trabalho*, editado pela LTr. E com isto me credenciei para ingressar na Academia, porque, segundo os estatutos, era preciso ter três artigos ou pelo menos um livro publicado, para poder postular uma vaga... Além disso, eu publicava muitos trabalhos, mais do que hoje, porque hoje eu não tenho tempo... Tive também o apoio do ministro Süsskind e com isso ingressei na Academia realmente muito cedo... E fiquei muito feliz, pois tenho, até hoje, grande amor e grande dedicação por ela. Sempre encontro tempo para as coisas da Academia. Encontros, congressos... Nunca faltei a nada da Academia. E, desde então, senti sempre essa responsabilidade, sempre procurando atender e contribuir para a Academia.

Por conta disso, eu acabei sendo convidada pelo ministro Orlando Costa, quando ele assumiu a presidência da Academia (na época acho que ele era também presidente do TST) para ser primeira secretária. E então entrei ainda mais de cabeça na Academia. Tive muita aproximação com os acadêmicos e fiquei o tempo todo da gestão dele, que ele não chegou a encerrar, porque faleceu enquanto exercia o mandato.

Trabalhei muito como primeira secretária e acho que, graças a isso, quando o Dr. Floriano assumiu a presidência, fui convidada a ser segunda vice-

presidente. Ele ficou apenas dois anos e depois o professor José Augusto Rodrigues Pinto assumiu a presidência, passando eu então a ser a primeira vice-presidente. Na sequência galguei, naturalmente, a presidência onde fiquei por quatro anos. Tenho, assim, uma verdadeira carreira na Academia: quatro anos como presidente, dois anos como primeira vice, dois anos como de segunda vice, e quase quatro anos como secretária. Ao todo 12 anos na administração!

### **Presidente da ANDT**

Durante os quatro anos em que tive a honra de presidir a Academia, creio que o mais expressivo que realizamos foram os eventos internacionais que promovemos. É verdade que eu consegui isso por causa do apoio do TST, em especial na presidência do ministro Francisco Fausto, que também é membro da Academia Nacional do Direito do Trabalho. Ele foi um presidente excepcional porque abriu o TST para o diálogo. E ele disse na ocasião: *Nós vamos, nesses dois anos, promover pelo menos dois grandes eventos internacionais!* E realmente foram de grande repercussão. Os dois foram em parceria direta com a OIT, de maneira que gente da direção da OIT veio em peso para Brasília participar. Um deles foi sobre Direitos Humanos e o outro foi sobre Flexibilização, sempre em parceria com a Academia. Foram eventos grandes, de três dias, em que se inscreveram quase mil pessoas. Trouxemos gente do Brasil e do mundo todo: da França, da Itália, da Espanha; veio muita gente... E depois fizemos ainda um terceiro – neste a parceria foi apenas entre a Academia e o TST... Foi quando houve mudança da sede do TST. Foi muito importante também e estive até o presidente da República... E, com o apoio da embaixada da Espanha, conseguimos trazer grandes juristas espanhóis, junto com o presidente do Conselho de Defesa dos Direitos Econômicos e Sociais de lá... Foi uma interlocução muito importante.

Creio que realizamos ao todo, pelo menos, seis eventos em Brasília. E também participamos de outros nos Estados. E, com esses eventos grandes que realizamos em parceria com o TST, se promoveu uma grande divulgação da Academia... E isso sempre com o estímulo do acadêmico ministro Francisco Fausto, durante os dois anos da presidência dele no TST. Ele tinha, realmente,

um grande entusiasmo com isso... E, sem dúvida, esses foram os pontos altos, digamos, da minha administração.

Por outro lado, claro, tivemos também dificuldades... E a maior delas foi administrar de Brasília uma sede formal no Rio de Janeiro. Isto realmente deu muito trabalho, porque tudo tinha que ir para o Rio. Estava sempre muito preocupada em enviar tudo para o Rio, pois o contador funcionava ali e era um vai e volta de documentos... Não era algo, digamos assim, profissionalizado e, então, tudo era feito de forma muito pessoal, amadorística, literalmente. Chegava à noite em casa e fazia, eu mesma, as comunicações pela internet; cuidava pessoalmente de coisas que podiam ser feitas de forma descentralizada... Por isso eu não consegui, ainda na minha gestão, inaugurar o site da ANDT. Quem acabou inaugurando o site foi o desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho, na gestão seguinte... Porque era muita coisa, e eu fazendo tudo pessoalmente... Isto é algo que eu realmente me penitencio: poderia ter feito mais, mas era tanta coisa e eu sozinha... Lembrou-me, por exemplo, num destes congressos, como tinha que mandar as coisas em espanhol, fui eu quem fiz as traduções; eu que preparei as cartas todas em espanhol para as pessoas; tinha de utilizar minha própria estrutura do Tribunal, que expedia tudo.

De forma que as maiores dificuldades que tive de enfrentar foram essas: a distância do Rio de Janeiro e a falta de uma estrutura assim mais profissional... Mas, Deus me deu saúde e eu consegui vencer esses anos, talvez não com o sucesso que eu gostaria, mas, pelo menos, deu para dar uma contribuição.

Depois de toda essa trajetória, passei a presidência para o Georgenor, que foi quem conseguiu implantar a página da ANDT na internet e realizar muitas outras coisas. E atualmente, sob a presidência do Prof. Nelson Mannrich, vejo que o profissionalismo finalmente chegou à Academia. Confesso que estou encantada com o trabalho que ele está fazendo; que a administração liderada por ele está fazendo. Vejo que ele realmente colocou a administração da Academia no rumo do profissionalismo.

A atual diretoria, não só conseguiu, com muita eficiência, diligência e rapidez, colocar em dia a situação contábil e administrativa da Academia, que compreende o registro no cartório das atas, mas também aprimorou o site da Academia, que foi implantado na gestão do desembargador Georgenor. O Prof.

Mannrich efetivamente profissionalizou a Academia, que conta hoje, inclusive, com uma secretária supereficiente, excepcional, que tem verdadeiro amor pela Academia... E, por último, esta ideia que está sendo implementada de constituir a memória da Academia... Isto é formidável! Isto é essencial! Porque a memória, como nós falávamos antes de começar a gravação, estava em uma caixa, que continha os livros de atas e os livros onde estavam consignados os ingressos na Academia, as transferências de administração, de direção, mas tudo isso de uma forma, digamos, meramente burocrática. E, no fim, tudo isso, ou boa parte disso se perdeu... Então começamos a ver a importância de criar uma política de preservação dessa memória e não apenas enquanto documentos escritos, que podem ser digitalizados, mas também essa concepção mais original e humana, que é a memória oral que também se perderia se não fosse registrada, como se está fazendo agora...

### **Os Desafios Presentes e Futuros da Academia**

Atualmente estamos vivendo um acelerado processo de transformação no campo econômico e social, por força da globalização e, efetivamente, isso acaba refletindo no mundo do Direito do Trabalho. O que antes era praticamente referendado na legislação normativa, na lei, hoje, com os acordos, as convenções coletivas acabam por nortear não só num espaço onde a lei é omissa, mas regulam de uma forma cada vez mais intensa as relações de trabalho. Por outro lado, a internacionalização também é outro elemento cada vez mais importante e que está promovendo, sem dúvida, uma grande mudança. E nós não podemos mais ficar fechados. A Academia tem de estar preparada para se posicionar, opinar e oferecer soluções para os novos desafios que estão surgindo no campo do Direito do Trabalho.

Qual deve ser o objetivo da Academia hoje? Não deve ser o de apenas fazer uma reunião dos grandes doutores do Direito. Deve ser a de divulgar e de ter, inclusive, uma maior penetração em todo o território nacional, em todos os Estados.

Hoje vejo que há, efetivamente, uma preocupação de não centralizar os acadêmicos no eixo Rio-São Paulo-Brasília; há a preocupação de que em todos os Estados do Brasil nós tenhamos membros atuantes. Por isso que, quando surge uma vaga, isto é considerado. Começamos a ponderar se tal

Estado tem representante na Academia, ou se tem poucos e então vamos privilegiar os candidatos desse Estado, para que a Academia possa atuar também lá. E, por outro lado, também considerar não só juizes, mas também advogados, membros do Ministério Público, professores; uma preocupação de abrir, de democratizar. Creio que a Academia deve, de fato, procurar ter, cada vez mais, representatividade. Quer dizer, que os diversos segmentos da comunidade jurídica estejam representados, para que cada um possa trazer a sua colaboração, trazer a sua experiência. Porque, eu me lembro, sempre houve uma tendência de indicar os conhecidos do ramo. Assim, se o acadêmico é juiz, tende sempre a indicar outro magistrado para a Academia, e assim por diante... Assim que deve haver essa preocupação de que a Academia seja representativa e que ela também contemple as diversas regiões, inclusive nos cargos de direção. Nós sempre tivemos essa preocupação, tanto é que o ministro Orlando morava em Brasília e foi a primeira vez que se saiu do eixo Rio-São Paulo. Depois disso, por exemplo, já tivemos um presidente da Bahia e outro do Pará, além da minha administração que foi novamente em Brasília... Então veja que isto tem sido sempre considerado, justamente nessa perspectiva democrática de não fechar, mas de abrir...

Outra preocupação que é preciso ter e que as administrações anteriores, inclusive a minha, já demonstraram é de promover a Academia no âmbito político. Ou seja, sempre quando um projeto de lei importante está tramitando no congresso, ter a preocupação de indicar uma comissão que colabore, que cobre, que, enfim, apresente uma proposta própria da Academia. Isso nunca foi muito assim desenvolvido, creio eu, porque faltou, como dizia antes, profissionalismo. Investir nisso vai possibilitar uma atuação mais direta e a Academia vai ser ouvida na medida em que ela atuar de forma mais intensa. Até porque hoje nós temos tantos projetos de interesse do Direito do Trabalho e ainda estamos vivendo uma época de tanta mutação que é importante que os membros da Academia, cada um na sua área, possam contribuir na elaboração legislativa.

**Entrevista realizada por Dante Marcello Claramonte Gallian**